



Ata n.º 16/2026

Reunião de Câmara realizada em 04 de agosto de 2026

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, nesta Vila da Lousã, no Edifício dos Paços do Concelho, no Salão Nobre da Câmara Municipal, reuniu o Executivo Camarário, com a presença do Senhor Presidente, Victor Eugénio das Neves Carvalho, a Sr.ª Vice-Presidente Ana Paula Sançana e dos Senhores Vereadores Luís Filipe Sousa Santa, Cristina Maria Fernandes Silva, António Manuel Antunes Marçal, Maria Helena Gomes Correia, Maria João Oliveira Miranda da Franca. -----

Pelas dez horas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1.PÚBLICO -----

2.PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

2.1. Faltas -----

2.2. Intervenção do presidente da Câmara Municipal -----

2.3. Intervenção dos vereadores -----

3.PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

3.1. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----

3.1.1. Proposta de aprovação da modificação aos Documentos Previsionais N.º 17 – Revisão ao Orçamento n.º 2 e Alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) n.º 2 do ano de 2026; -----

3.1.2. Proposta de adjudicação relativa à contratação do empréstimo a médio e longo prazos no montante de 500.000,00 € para financiar a aquisição de imóvel destinado a instalações multiusos do Município; -----

3.1.3. Proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 23.07.2026 referente à aprovação da adenda nº2 da modificação objetiva do Contrato nº6/2025 (Contrato de Aquisição de Serviços de Aluguer, Transporte, Montagem e Desmontagem de Contentores Modulares para as Instalações Provisórias da Escola Secundária da Lousã e da Escola Básica N.º 2 – Por Lotes); -----

3.2. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL, SAÚDE, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE -----

3.2.1. Proposta para atribuição de apoio financeiro extraordinário à Associação Filarmónica Serpinense, no montante de 2 550,00 €, destinada a apoiar as despesas adicionais com a participação no concerto dos Quinta do Bill; -----

3.2.2. Voto de Reconhecimento à Academia MY Turn; -----

3.2.3. Voto de Reconhecimento à Academia de Bailado da Lousã; -----

3.2.4. Voto de Reconhecimento aos atletas do Louzan Natação – Gabriel Lopes, Inês Henriques e Laura Neves; -----

3.2.5. Voto de Reconhecimento aos atletas do Louzan Natação – João Santos e Martim Rodrigues; -----

3.2.6. Voto de Reconhecimento aos atletas do Louzan Natação – Gabriel Lopes, Inês Henriques, Laura Neves, Ricardo Santos, Camila Rebelo e Alana Matias; -----

3.2.7. Voto de Reconhecimento aos atletas do Louzan Natação – Miguel Dias, João Santos e Martim Rodrigues; -----

3.2.8. Protocolo de Cooperação do Médico Veterinário com o Município de Arganil;

3.2.9. Protocolo de Cooperação do Médico Veterinário com o Município de Góis; --

3.3. PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

3.3.1. Proposta de afetação do artigo rústico n. º5179 da freguesia da lousã do domínio privado municipal ao domínio público municipal; -----

3.3.2. Adenda n. º2 ao Contrato de Empreitada de Reabilitação da Escola Secundária da Lousã- ajustamento à minuta; -----

3.4. PROTEÇÃO CIVIL -----

3.4.1. Proposta de celebração de Adenda nº1 ao Protocolo com a Liga dos Amigos dos Bombeiros da Lousã relativo à promoção do exercício do voluntariado dos respetivos associados que exercem funções de bombeiros voluntários no Corpo de Bombeiros Municipais da Lousã -----

4. APROVAÇÕES EM MINUTA -----

1. Público -----

José Pires Bento solicitou que a Câmara autorize a isenção de pagamento de IMI do restaurante “O Gato” (inativo desde 2021), até que seja possível a sua reabertura. Relatou o historial da exploração do Estabelecimento do Parque Carlos Reis, referindo os contratos celebrados com o Município, os encargos assumidos, os investimentos realizados e o cumprimento das obrigações decorrentes dos contratos

e manifestou a sua discordância relativamente à forma como todo o processo foi conduzido. Por fim, manifestou disponibilidade para voltar a desenvolver atividade no Parque Carlos Reis, caso venha a existir novo procedimento ou oportunidade de exploração. -----

O Sr. Presidente da Câmara quanto à situação do estabelecimento e à possibilidade de comunicação às Finanças da respetiva suspensão de atividade, referiu que a questão deverá ser previamente analisada, designadamente quanto à classificação do imóvel e ao fim a que o mesmo se destina, tendo sugerido a formalização de um pedido para posterior avaliação pelos serviços municipais. Disse compreender a situação do munícipe, nomeadamente quanto ao prolongamento do processo relacionado com a seguradora, considerando que um período de vários anos para a sua resolução não é uma situação normal, e expressa a disponibilidade do Município para procurar apoiar dentro das suas competências. Relativamente ao espaço situado no Parque Carlos Reis, esclareceu que o estabelecimento se encontra atualmente encerrado, situação que resultou de circunstâncias alheias à vontade do Município. Explicou que a entrega do espaço ocorreu no início do verão, num período particularmente difícil para assegurar a sua exploração, tendo o Município optado por receber o imóvel e assumir os respetivos encargos. Informou que os serviços estão a concluir o caderno de encargos com vista ao lançamento, o mais rapidamente possível, de um procedimento para a concessão daquele espaço, prevendo que o mesmo possa ser lançado durante o mês de agosto. Esclareceu que, uma vez aberto o procedimento, o anterior concessionário, tal como qualquer outro interessado que reúna as condições exigidas, poderá apresentar a sua candidatura. Referiu ainda que o Município pretende aproveitar a intervenção naquele espaço para valorizar a área envolvente, nomeadamente o terreno situado entre a Filarmónica e o Parque Carlos Reis, criando uma zona de ligação e de espaço verde e de lazer, contribuindo para a valorização daquele espaço central da vila. Terminou manifestando a disponibilidade do Município para analisar as questões colocadas e prestar os esclarecimentos adicionais que se revelem necessários. -----

2.PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

2.1 – Faltas -----

Não houve faltas a registar -----

2.2. Intervenção do Presidente da Câmara Municipal. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, prestou diversas informações relativas à atividade municipal e aos projetos em curso. No âmbito das comunidades energéticas, informou que está em curso uma candidatura, considerada pioneira neste tipo de procedimento no território nacional, envolvendo os municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. A iniciativa prevê investimentos destinados a aumentar a eficiência energética, reduzir custos e promover soluções mais sustentáveis nos edifícios e equipamentos públicos. Relativamente aos danos provocados por animais selvagens, deu nota da realização de um seminário promovido pelo ICNF, com a presença do Senhor Secretário de Estado Rui Ladeira, destinado a discutir medidas de mitigação dos prejuízos causados pela fauna selvagem, designadamente junto da agricultura. Informou ainda que, na sequência do encontro, foram realizadas reuniões com o Sr. Secretário de Estado, onde foram identificados projetos e medidas que se pretendem concretizar no território municipal. No que respeita à Fonte do Talasnal, informou que a intervenção foi concluída e a água foi reposta. Esclareceu que os problemas resultaram de danos provocados pelas raízes de árvores existentes na zona envolvente e que afetaram as infraestruturas de abastecimento. Quanto à Proteção Civil e aos tanques de abastecimento de água, informou que, desde maio, foram realizadas diversas intervenções, incluindo limpeza e desobstrução de tubagens, reparação de fissuras, pintura, substituição de equipamentos e corte de vegetação e árvores junto aos tanques, com o objetivo de garantir o abastecimento e a segurança das operações de combate a incêndios. Destacou as intervenções realizadas em Vale Nogueira, Barraca Preta, Cova do Lobo, Fonte Fria entre outros. Informou ainda que foi assegurada a instalação, no Município, de um novo tanque com capacidade de 400.000 litros, no âmbito de um programa nacional e que prevê a instalação de cerca de 30 equipamentos, bem como o levantamento das necessidades de intervenção em diversos tanques municipais, estando prevista a apresentação de candidatura para financiamento dos trabalhos. No âmbito dos pontos de água terrestres, deu nota da execução de um ponto de abastecimento em Serpins, realizado em colaboração com a respetiva Junta de Freguesia, destinado ao abastecimento rápido de viaturas de combate a incêndios. Referiu igualmente a

previsão de novos pontos de água em Foz de Arouce, Casal de Ermio e outros locais, em articulação com as Juntas de Freguesia e entidades parceiras. Informou também que prosseguem os trabalhos de sinalização e identificação dos tanques, bem como a execução das faixas de gestão de combustível junto à rede viária, nomeadamente nas zonas da Lousã e Cacilhas. Referiu também as diversas ações de sensibilização para a segurança e prevenção de incêndios rurais, realizadas em diferentes localidades do concelho, com a participação das entidades de segurança, proteção civil, GNR, bombeiros e população. Relativamente à limpeza da rede viária e caminhos florestais, informou que, desde maio, foram já executados cerca de 156 km de limpeza, incluindo intervenções realizadas com meios municipais e com apoio de equipamentos disponibilizados pelo ICNF. Foram indicados trabalhos realizados em várias freguesias do concelho, nomeadamente Serpins e Casal de Ermio e outras zonas, encontrando-se os trabalhos em continuidade. No que respeita aos trilhos e percursos pedestres, informou que alguns percursos se encontram já transitáveis, designadamente os Bosques do Catarredor, o Trilho dos Moleiros, PR7 e PR8, embora subsistam situações pontuais em acompanhamento, nomeadamente relacionadas com a remoção de árvores de grande porte. Referiu ainda que prosseguem trabalhos de limpeza, marcação e colocação de sinalética, num investimento global de cerca de 80.000 euros. Informou igualmente que, através da Agência para o Desenvolvimento da Serra da Lousã, foi aprovada uma candidatura para a criação da Grande Rota das Aldeias do Xisto, com cerca de 100 km de percurso, estando em curso as intervenções necessárias à sua concretização. No âmbito dos projetos e fontes de financiamento, o Senhor Presidente informou que o Município está a trabalhar na obtenção de financiamento para diversos investimentos considerados prioritários, designadamente a qualificação do pavilhão dos Carvalhos, a readaptação da nave, a obra da nova biblioteca, a qualificação do quartel dos bombeiros da Lousã, a requalificação do Jardim de Infância de Serpins e a segunda fase do Parque Verde Urbano da Lousã. Referiu ainda que está a ser estudada a qualificação do terreno adquirido junto ao Parque Carlos Reis, com o objetivo de criar uma ligação entre os diferentes espaços e potenciar uma zona verde e de lazer integrada. Por fim, informou que o Município está a desenvolver estudos com vista à eventual criação de uma estrutura/equipamento de maior dimensão, procurando

identificar parceiros e fontes de financiamento, designadamente fundos comunitários, salientando que qualquer decisão dependerá da conclusão de um estudo técnico e financeiro que permita avaliar a pertinência, viabilidade e mais-valias do investimento. -----

2.3. Intervenção dos vereadores -----

O Sr. Vereador António Marçal manifestou estupefação pelo facto de o incêndio que atingiu a Serra da Lousã em 2025 não constar do relatório da Comissão Técnica Independente referente à análise técnica dos grandes incêndios rurais, apesar de, segundo os dados disponíveis, a área ardida ter sido de cerca de 3.500 hectares. Questionou a razão pela qual o incêndio da Lousã não foi considerado no referido relatório, tendo sido transmitida a preocupação de que tal omissão possa resultar de questões relacionadas com a elaboração do documento, sem, contudo, serem conhecidas as razões concretas. Salientou igualmente que os problemas atualmente sentidos no território municipal, designadamente em matéria de gestão florestal e prevenção de incêndios, foram agravados pelos incêndios rurais, defendendo que as recomendações resultantes de análises técnicas e de comissões de especialistas devem ser acompanhadas dos necessários mecanismos de financiamento, uma vez que muitas das medidas propostas implicam encargos para os municípios. Questionou, também o ponto de situação do projeto CER- Comunidades de Energia Renovável, apresentado no âmbito de fundos europeus, designadamente quanto à sua natureza público-privada, ao modelo de exploração previsto e às condições de transferência do património para o Município no termo da concessão. Solicitou informação mais detalhada sobre a candidatura, o modelo de funcionamento e os encargos e direitos associados ao Município, tendo sido manifestada preocupação quanto à eventual assunção de responsabilidades municipais numa operação de natureza privada. Por fim, reconheceu a importância da orientação e dos projetos apresentados, mas salientou a necessidade de esclarecer previamente as condições financeiras, jurídicas e de exploração associadas, tendo solicitado os elementos e esclarecimentos disponíveis sobre os processos em causa. -----

A Sr.ª Vereadora Helena Correia fez uma apreciação muito positiva relativamente à abertura e funcionamento das Piscinas da Sr.ª da Piedade, salientando-se o bom feedback recebido por parte dos utilizadores, residentes e turistas, bem como a



importância daquele equipamento enquanto uma das principais atrações do concelho. Abordou a realização do I Seminário Impacto, onde destacou a participação de especialistas de diferentes áreas e a relevância das intervenções realizadas. Contudo, salientou a preocupação e frustração manifestadas pelos agricultores do concelho, que aproveitaram o encontro para transmitir as dificuldades e prejuízos que continuam a enfrentar, designadamente devido à ação dos animais silvestres. Nesse sentido, defendeu a necessidade de se passar rapidamente da reflexão à concretização de medidas eficazes de controlo e mitigação dos prejuízos, designadamente através da avaliação, em contexto real, da eficácia das soluções que têm vindo a ser testadas. Salientou ainda, a importância de permitir que as despesas com a construção de cercas e outras medidas de proteção das explorações agrícolas sejam consideradas despesas elegíveis no âmbito das respetivas candidaturas a apoios, designadamente no âmbito do PEPAC. Por fim, questionou qual ao ponto de situação da organização do Summer Camp, e solicitou informação sobre o respetivo estado de desenvolvimento. -----

A Sr.ª Vereadora Cristina Silva começou por dar as boas-vindas à Sr. Vereadora Maria João Franca, recentemente integrada na equipa municipal. Informou que se encontra em curso o processo de nomeação e renovação da Equipa para a igualdade na Vida Local, para o triénio 2026-2029, referindo que estão a decorrer contactos para posterior apresentação da proposta ao Senhor Presidente da Câmara. Salientou que esta estrutura tem como missão promover, no território municipal, a não discriminação e a igualdade. Informou ainda que o Município da Lousã se encontra entre os 10 finalistas do Prémio Manuel António da Mota 2025 ao qual apresentou uma candidatura no âmbito do Plano Municipal Sénior. Informou também, que o Município pretende reativar o Conselho Municipal Sénior, tendo em conta a saída de alguns dos seus anteriores membros e a necessidade de proceder à sua recomposição, de acordo com o respetivo regulamento. Salientou igualmente o reconhecimento do trabalho desenvolvido nesta área por outras entidades. Na área da Educação, informou que os estabelecimentos de ensino que participaram no programa Eco-Escolas irão manter o respetivo reconhecimento, encontrando-se ainda a aguardar informação relativamente ao Jardim de Infância da ADIC. Quanto à preparação do ano letivo 2026/2027, informou que estão em curso os trabalhos de

organização, incluindo a preparação das jornadas pedagógicas, previstas para os dias 8 e 9 de setembro, em articulação com o Agrupamento de Escolas e a Escola Profissional STATUS. As jornadas serão dirigidas ao pessoal docente e não docente e abordarão, designadamente, a inteligência artificial, o bem-estar emocional e as práticas pedagógicas, procurando promover o bem-estar dos docentes, não docentes e dos alunos. Informou, ainda, sobre a organização do próximo ano letivo, tendo em consideração as obras em curso na Escola Secundária, nomeadamente a necessidade de utilização temporária de contentores. Referiu que tem sido mantida uma estreita articulação com a Direção do Agrupamento de Escolas, tendo sido necessários alguns ajustamentos aos horários, de modo a assegurar o normal funcionamento das atividades letivas e a adequada utilização das instalações pelos diferentes níveis de ensino. Relativamente às refeições escolares, informou que os procedimentos de contratação se encontram em fase final e que os respetivos cadernos de encargos contemplam a possibilidade de adaptação do serviço em função da evolução das obras. Por fim, relativamente à área da Juventude, informou que está a ser preparada uma programação de atividades a realizar entre os dias 11 e 14 de agosto, integrada nas comemorações do Dia Internacional da Juventude. As atividades estão a ser organizadas em parceria com o Espaço J e resultam, em grande parte, de sugestões apresentadas pelos próprios jovens. A programação incluirá diversas iniciativas, nomeadamente atividades de talentos e um sunset, contando ainda com a colaboração das Juntas de Freguesia envolvidas, designadamente para as atividades a realizar nas praias fluviais. -----

O Sr. Presidente da Câmara começou por referir-se à questão da ausência da Lousã no relatório da Comissão Técnica Independente referente à análise técnica dos grandes incêndios rurais, e disse que iria procurar perceber a razão dessa omissão. No que respeita à limpeza e manutenção do território, informou que já foram realizadas intervenções em cerca de oito ou nove aldeias, estando previstas outras intervenções. Sublinhou o investimento efetuado em maquinaria pesada, que tem permitido ao Município realizar trabalhos que, há vários anos, não eram executados com meios próprios. Informou, ainda, que se aguarda a chegada de um novo trator equipado com braço para limpeza de bermas, prevista para o início de setembro, equipamento que permitirá reduzir a necessidade de recurso a serviços externos

P. 12

para este tipo de trabalhos. Referiu, contudo, que a principal dificuldade atual reside na disponibilidade de recursos humanos e na capacidade dos serviços para responder simultaneamente às diversas necessidades do Município. Neste contexto, informou que estão a ser preparadas alterações ao mapa de pessoal e o reforço da contratação de assistentes operacionais, designadamente para a área da limpeza urbana, cuja intervenção se pretende intensificar. Explicou que, durante o presente ano, foi necessário estabelecer prioridades, tendo em consideração os danos e a situação particularmente exigente da floresta do concelho, o que obrigou a concentrar meios na proteção e intervenção na Serra da Lousã, condicionando, em determinados momentos, a capacidade de resposta na limpeza das zonas mais urbanas. Acrescentou que os trabalhos são igualmente desenvolvidos em articulação com as Juntas de Freguesia e reconheceu que a organização dos meios ainda está em processo de consolidação, garantindo, contudo, que será prosseguido o esforço de melhoria da capacidade de resposta. Relativamente à limpeza de matos e à manutenção do rio ceira, informou que se encontram em preparação diversos procedimentos para intervenções em diferentes pontos do concelho. No que respeita à intervenção em taludes, indicou que estão já a ser preparados procedimentos relativos a várias zonas, estando previsto o respetivo lançamento durante o mês de agosto. Informou, igualmente, que se aguarda a formalização de um contrato-programa com a Agência Portuguesa do Ambiente, no valor de 400.000 euros, destinado à valorização de troços hidrográficos, designadamente na zona da Ponte da Ribeira, na freguesia das Gândaras, na Ponte do Areal, na Ponte de Espinheiro e no troço de Cacilhas/Casal dos Rios, na Lousã. Acrescentou que está igualmente prevista uma intervenção na Estrada Municipal 236, entre o limite do concelho, representando um investimento estimado em cerca de 415.000 euros. Informou que os respetivos procedimentos deverão avançar durante o mês de agosto, esperando-se que os trabalhos possam iniciar-se em setembro. Quanto à rede de percursos pedestres, informou que já foram realizados investimentos na ordem dos 70.000 a 80.000 euros, encontrando-se ainda orçamentados cerca de 28.000 euros, sendo necessário avaliar os trabalhos que serão possíveis realizar com a verba remanescente após a conclusão da primeira fase. No âmbito da rede de incêndios, informou que estão igualmente previstas intervenções em várias aldeias,

designadamente Casal Novo, Vaqueirinho, Catarredor, Cereira, Cabanões e outras localidades, estimando-se um investimento global na ordem dos 230.000 euros. Referiu ainda que o Município aguarda a publicação de um despacho governamental relativo à situação decorrente da Kristen, que prevê um contrato-programa com uma taxa de financiamento de 60%. Manifestou discordância relativamente a essa percentagem, recordando que o apoio inicialmente previsto para a resposta aos incêndios tinha uma comparticipação superior, e expressou a expectativa de que a solução possa ainda ser revista. Relativamente às zonas de aceleração, informou que o Município partilha da posição da Associação Nacional de Municípios Portugueses, não concordando com o modelo proposto. Considerou que os municípios não foram devidamente auscultados e que a sessão de esclarecimento promovida posteriormente surgiu de forma tardia. Defendeu que, neste tipo de processos, deve existir uma verdadeira articulação com os territórios e ser considerada a especificidade de cada município, não devendo ser adotada uma solução unilateral. No que diz respeito às CERS explicou que se encontra a decorrer o concurso público internacional que tem como critério de adjudicação a proposta economicamente mais vantajosa, considerando fatores como o preço da energia partilhada, a qualidade técnica da solução apresentada e o período de concessão, que poderá atingir um máximo de 20 anos. No final desse período, esclareceu que a propriedade das infraestruturas reverterá para os municípios, permitindo uma futura gestão pública da rede energética regional. Quanto à intervenção realizada no Complexo da Senhora da Piedade, considerou-a uma intervenção importante, enaltecendo o esforço dos trabalhadores municipais e destacando a significativa recuperação do espaço, a tempo da presente época balnear. Informou que o Município está também a preparar uma candidatura ao Turismo, com o objetivo de introduzir novas melhorias naquele complexo. Referiu que já foram realizados alguns estudos pelos serviços técnicos municipais, prevendo-se, entre outras possibilidades, intervenções relacionadas com a mobilidade e a melhoria do mobiliário urbano, bem como a criação de melhores condições de acessibilidade e manutenção da piscina. Assim, uma das prioridades da intervenção deste ano consistiu em criar melhores condições para a manutenção e limpeza da piscina, tornando esses trabalhos mais rápidos, eficazes e mecanizados. Esclareceu que, nesta fase, a intervenção teve sobretudo um caráter funcional e de

recuperação dos danos existentes, tendo sido realizadas intervenções nos muros e substituídas as comportas, ainda que de forma provisória, de modo a permitir a abertura da piscina na data prevista. Reconheceu que a abertura ocorreu cerca de 15 dias depois da data inicialmente prevista, mas considerou que, face ao estado em que o espaço se encontrava e às previsões iniciais de que não seria possível abrir a piscina naquele verão, a sua abertura a 15 de julho constituiu um resultado muito positivo. Relativamente ao seminário promovido pelo ICNF, referiu que teve oportunidade de participar na primeira sessão e que estão previstas novas reuniões e momentos de discussão sobre a matéria. Considerou particularmente positivo o facto de a Lousã ter sido escolhida para acolher o primeiro seminário, entendendo que tal demonstra a existência de sensibilidade para a problemática e para a necessidade de encontrar respostas para os prejuízos provocados pelos animais selvagens. Referiu também como positiva a presença do Senhor Secretário de Estado no seminário e informou que foram discutidas diversas questões, designadamente relacionadas com a circulação rodoviária e com possíveis soluções para minimizar os conflitos entre a fauna selvagem e a circulação automóvel. Em relação ao Summer Camp informou que se encontram praticamente concluídos os preparativos para a realização do evento, referindo que já foram realizadas visitas e reuniões no terreno com a organização. Informou que a organização estará no Município no dia 25 e agosto, estando igualmente prevista a articulação de diversos aspetos logísticos na véspera do evento. Salientou a importância da realização desta iniciativa no concelho, considerando que constitui uma oportunidade de projeção da Lousã e de afirmação do território enquanto destino capaz de acolher eventos de dimensão internacional.

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

3.1. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----

3.1.1. Proposta de aprovação da modificação aos Documentos Previsionais N.º 17 – Revisão ao Orçamento n.º 2 e Alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) n.º 2 do ano de 2026; -----

O Sr. Vereador António Marçal questionou o Sr Presidente da Câmara sobre o enquadramento financeiro da aquisição, quanto ao valor global do investimento e à

repartição dos encargos pelos diferentes anos. Questionou ainda a alteração de rubricas do orçamento, nomeadamente na Cultura, para colmatar esta aquisição. --

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a aquisição do Pavilhão será suportada através de empréstimo, sendo posteriormente efetuada a correspondente alteração orçamental, nos termos das competências legalmente atribuídas ao Senhor Presidente da Câmara. Explicou ainda que, nesta fase, a dotação orçamental será acomodada através da identificação de verbas de investimentos que, face ao grau de execução do orçamento e ao período já decorrido do exercício, previsivelmente não serão executadas até ao final do ano. Sublinhou que as autarquias não executam, regra geral, a totalidade dos seus orçamentos e que, neste momento, é possível identificar rubricas onde não será concretizado o investimento inicialmente previsto, permitindo proceder aos necessários ajustamentos orçamentais. Referiu que esta possibilidade de aquisição do imóvel surgiu posteriormente à elaboração do programa eleitoral, uma vez que, àquela data, não era previsível a abertura de negociações com os respetivos proprietários. Considerou que o processo negocial decorreu de forma positiva e que o Município se encontra perante uma oportunidade que poderá permitir conferir uma nova centralidade àquela zona da vila. Salientou a importância estratégica do investimento, referindo que o futuro equipamento poderá constituir um espaço multifuncional, destinado à realização de eventos culturais e desportivos, exposições e outras iniciativas de grande dimensão. Sublinhou, designadamente, que o pavilhão terá uma área coberta de cerca de 4.000 m², podendo tornar-se uma infraestrutura diferenciadora no contexto regional. Acrescentou que a intervenção não se limitará à recuperação do edifício existente, estando igualmente prevista a valorização da envolvente, através da criação de espaços exteriores de lazer, jardins, contribuindo para a requalificação urbana daquela área e para a melhoria das condições de vida da população residente. Quanto à questão técnica esclareceu que a necessidade de proceder aos ajustamentos orçamentais resulta de uma análise à execução prevista para o exercício de 2026. Referiu, a título de exemplo, a redução da despesa prevista para o Teatro Municipal, onde foi assumido um objetivo de redução da despesa na ordem dos 20%, posteriormente avaliado em função da execução do primeiro semestre. Considerou

necessário encontrar formas mais eficientes e económicas de assegurar a oferta cultural municipal, sem colocar em causa a importância da cultura para o concelho.

O Sr. Vereador António Marçal questionou relativamente à repartição dos encargos da aquisição pelos diferentes exercícios orçamentais, designadamente quanto à verba prevista para 2026 e aos montantes a considerar nos anos seguintes. -----

O Sr.^a Diretora de departamento Administrativo e Financeiro, Dr.^a Sara Mendes esclareceu que a verba correspondente aos encargos futuros será objeto de autorização plurianual pela Assembleia Municipal e posteriormente refletida nos respetivos instrumentos orçamentais. Relativamente ao exercício de 2026, explicou que a dotação não se encontra ainda integralmente inscrita, uma vez que a concretização do empréstimo depende da respetiva contratação e que a alteração orçamental poderá ser efetuada posteriormente, quando estiver formalizado o contrato de financiamento. Esclareceu ainda que a Câmara Municipal dispõe de competência para proceder à correspondente alteração orçamental, após a aprovação do empréstimo, não sendo, por esse motivo, necessário que o valor integral esteja desde logo inscrito na dotação inicial. Explicou que, para efeitos de maior clareza e acompanhamento do investimento, foi entendido como mais adequado autonomizar a aquisição através da criação de um projeto específico, em vez de manter a operação integrada num projeto genérico anteriormente existente. Esta opção permitirá individualizar a aquisição, a futura empreitada e os restantes encargos associados ao investimento. Por fim esclareceu que serão submetidas à Assembleia Municipal, em momentos próprios, a proposta de autorização da aquisição do imóvel e a proposta relativa à repartição plurianual dos encargos, sendo posteriormente efetuados os correspondentes ajustamentos ao orçamento municipal. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a Proposta de aprovação da modificação aos Documentos Previsionais N.º 17 – Revisão ao Orçamento n.º 2 e Alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) n.º 2 do ano de 2026; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com três votos contra do PS, deliberou aprovar a proposta de aprovação da modificação aos Documentos Previsionais N.º 17 – Revisão ao Orçamento n.º 2 e Alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) n.º 2 do ano de 2026. (Doc. 1 (um)) -----

3.1.2. Proposta de adjudicação relativa à contratação do empréstimo a médio e longo prazos no montante de 500.000,00 € para financiar a aquisição de imóvel destinado a instalações multiusos do Município; -----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a questão já havia sido anteriormente abordada, tratando-se de uma situação de natureza orçamental que estava prevista. Explicou que existem rubricas orçamentais relativamente às quais o Município sabe, à partida, que não será executada a totalidade da despesa prevista, podendo, por essa via, libertar dotação para acomodar novas despesas que, entretanto, surjam.

No caso em apreço, e atendendo ao valor envolvido, foi decidido recorrer à contratação do empréstimo, não por falta de disponibilidade financeira da Câmara Municipal para suportar a despesa, mas porque não era possível acomodar o respetivo montante em termos orçamentais. -----

Sr. Vereador António Marçal disse que o Partido Socialista iria manter a abstenção por coerência a tudo o que foi explanado sobre o assunto. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de adjudicação relativa à contratação do empréstimo a médio e longo prazos no montante de 500.000,00 € para financiar a aquisição de imóvel destinado a instalações multiusos do Município. A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com três abstenções do PS, deliberou aprovar a proposta de adjudicação relativa à contratação do empréstimo a médio e longo prazos no montante de 500.000,00 € para financiar a aquisição de imóvel destinado a instalações multiusos do Município; (Doc. 2 (dois)) -----

3.1.3. Proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 23.07.2026 referente à aprovação da adenda nº2 da modificação objetiva do Contrato nº6/2025 (Contrato de Aquisição de Serviços de Aluguer, Transporte, Montagem e Desmontagem de Contentores Modulares para as Instalações Provisórias da Escola Secundária da Lousã e da Escola Básica N.º 2 – Por Lotes);

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a presente adenda decorre da necessidade de assegurar trabalhos e encargos adicionais relacionados com os contentores utilizados no âmbito das instalações provisórias das escolas, os quais têm vindo a ser suportados pelo Município. O Senhor Presidente explicou que os contentores em causa já se encontravam adjudicados, à semelhança da própria empreitada da Escola Secundária, sem que, contudo, estivesse ainda assegurado o

respetivo financiamento. Nesse sentido, informou que o Município procurará enquadrar esta despesa no âmbito da intervenção de requalificação da Escola Secundária, considerando que os contentores se encontram diretamente associados à execução da obra financiada pelo PRR. Referiu ainda que se trata de um valor significativo e que o Município está a desenvolver diligências no sentido de conseguir o respetivo enquadramento no financiamento da operação. -----

O Sr. Vereador António Marçal questionou se a afetação dos contentores à Escola Secundária poderá comprometer ou impedir a sua posterior utilização para a Escola Básica n.º 2, designadamente em função dos prazos de execução e contratação previstos para cada uma das intervenções. -----

O S. Presidente da Câmara esclareceu que, relativamente a essa questão, ainda não dispunha de informação definitiva, manifestando, contudo, a expectativa de que o financiamento das intervenções venha a ser assegurado e que os prazos permitam compatibilizar a utilização dos contentores com as necessidades das duas escolas.

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 23.07.2026 referente à aprovação da adenda nº2 da modificação objetiva do Contrato nº6/2025 (Contrato de Aquisição de Serviços de Aluguer, Transporte, Montagem e Desmontagem de Contentores Modulares para as Instalações Provisórias da Escola Secundária da Lousã e da Escola Básica N.º 2 – Por Lotes); -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 23.07.2026 referente à aprovação da adenda nº2 da modificação objetiva do Contrato nº6/2025 (Contrato de Aquisição de Serviços de Aluguer, Transporte, Montagem e Desmontagem de Contentores Modulares para as Instalações Provisórias da Escola Secundária da Lousã e da Escola Básica N.º 2 – Por Lotes); (Doc. 3 (três)) -----

3.2. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL, SAÚDE, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE -----

3.2.1. Proposta para atribuição de apoio financeiro extraordinário à Associação Filarmónica Serpinense, no montante de 2 550,00 €, destinada a apoiar as despesas adicionais com a participação no concerto dos Quinta do Bill; -----

O Sr. Presidente da Câmara informou que o apoio financeiro extraordinário, no montante de 2.550,00 euros, à Associação Filarmónica Serpinense, é destinado a comparticipar despesas adicionais decorrentes da sua participação no evento realizado no âmbito das comemorações de São João. Esclareceu que a despesa resultou da necessidade de a Associação recorrer ao aluguer de instrumentos musicais e de outro equipamento que não possuía, tendo o respetivo encargo sido inicialmente suportado pela própria coletividade. Referiu que o apoio agora proposto visa compensar a associação pelas despesas extraordinárias assumidas para assegurar a sua participação no evento, salientando que não foi pago qualquer valor às bandas filarmónicas participantes pela sua atuação. Foi igualmente esclarecido que este apoio extraordinário corresponde exclusivamente às despesas adicionais decorrentes da participação no evento, não devendo ser confundido com os apoios anuais atribuídos às associações e coletividades do concelho no âmbito da respetiva atividade regular. -----

A Sr.ª Vereadora Helena Correia questionou sobre os apoios anuais às associações culturais, salientando a importância de distinguir os apoios destinados ao funcionamento regular das coletividades dos apoios extraordinários concedidos para a realização ou participação em iniciativas específicas. -----

O Sr. Vereador António Marçal questionou se o montante agora proposto seria contabilizado no âmbito dos apoios anuais à Associação Filarmónica Serpinense ou se corresponde a uma despesa associada à realização das comemorações de São João. -----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que o valor corresponde a uma despesa associada à realização das comemorações de São João e que resulta de uma despesa efetivamente suportada pela associação para participar naquela iniciativa. Em resposta a Vereadora Helena Correia informou que os serviços procederam ao levantamento das entidades abrangidas, tendo em consideração a existência de novas associações e o desaparecimento de outras. Foi igualmente referido que algumas entidades ainda não remeteram toda a documentação exigida pelo respetivo regulamento. Nesse sentido, esclareceu que a proposta relativa aos apoios anuais será apresentada de forma global, ficando a atribuição efetiva dos respetivos apoios

condicionada à apresentação, por cada entidade, da documentação exigida regulamentarmente, condição necessária para que possam beneficiar dos mesmos.

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta para atribuição de apoio financeiro extraordinário à Associação Filarmónica Serpinense, no montante de 2550,00€ destinada a apoiar as despesas adicionais com a participação no concerto dos Quinta do Bill; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta para atribuição de apoio financeiro extraordinário à Associação Filarmónica Serpinense, no montante de 2550,00 €, destinada a apoiar as despesas adicionais com a participação no concerto dos Quinta do Bill; (Doc. 4 (Quatro)) -----

3.2.2. Voto de Reconhecimento à Academia MY Turn; -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de Voto de Reconhecimento à Academia MY Turn, pelos extraordinários resultados alcançados no All Dance Europe 2026; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de Voto de Reconhecimento à Academia MY Turn, pelos extraordinários resultados alcançados no All Dance Europe 2026; (Doc. 5 (Cinco)) -----

3.2.3. Voto de Reconhecimento à Academia de Bailado da Lousã; -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de Voto de Reconhecimento à Academia de Bailado da Lousã, pelos extraordinários resultados alcançados no All Dance Europe 2026; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de Voto de Reconhecimento à Academia de Bailado da Lousã, pelos extraordinários resultados alcançados no All Dance Europe 2026; (Doc. 6 (Seis)) -

3.2.4. Voto de Reconhecimento aos atletas do Louzan Natação – Gabriel Lopes, Inês Henriques e Laura Neves; -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de Voto de Reconhecimento aos atletas do Louzan Natação – Gabriel Lopes, Inês Henriques e Laura Neves, pelos títulos nacionais conquistados e pelo record alcançado no Campeonato Nacional Astralpool de Juvenis, Juniores e Séniores de Verão 2026; -

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de Voto de Reconhecimento aos atletas do Louzan Natação – Gabriel

Lopes, Inês Henriques e Laura Neves, pelos títulos nacionais conquistados e pelo record alcançado no Campeonato Nacional Astralpool de Juvenis, Juniores e Séniores de Verão 2026; (Doc. 7 (Sete)) -----

3.2.5. Voto de Reconhecimento aos atletas do Louzan Natação – João Santos e Martim Rodrigues; -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de Voto de Reconhecimento aos atletas do Louzan Natação – João Santos e Martim Rodrigues, pelos notáveis resultados alcançados no Campeonato Nacional de Infantis de Natação; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de Voto de Reconhecimento aos atletas do Louzan Natação – João Santos e Martim Rodrigues, pelos notáveis resultados alcançados no Campeonato Nacional de Infantis de Natação; (Doc. 8 (Oito)) -----

3.2.6. Voto de Reconhecimento aos atletas do Louzan Natação – Gabriel Lopes, Inês Henriques, Laura Neves, Ricardo Santos, Camila Rebelo e Alana Matias;

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de Voto de Reconhecimento aos atletas do Louzan Natação – Gabriel Lopes, Inês Henriques, Laura Neves, Ricardo Santos, Camila Rebelo e Alana Matias, pelos notáveis resultados alcançados no Campeonato Interdistrital de Juvenis, Juniores, Séniores e Absolutos de Verão 2026 -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de Voto de Reconhecimento aos atletas do Louzan Natação – Gabriel Lopes, Inês Henriques, Laura Neves, Ricardo Santos, Camila Rebelo e Alana Matias, pelos notáveis resultados alcançados no Campeonato Interdistrital de Juvenis, Juniores, Séniores e Absolutos de Verão 2026 (Doc. 9(Nove)) -----

3.2.7. Voto de Reconhecimento aos atletas do Louzan Natação – Miguel Dias, João Santos e Martim Rodrigues -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de Voto de Reconhecimento aos atletas do Louzan Natação – Miguel Dias, João Santos e Martim Rodrigues, pelos notáveis resultados alcançados no Campeonato Interdistrital de Infantis; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de Voto de Reconhecimento aos atletas do Louzan Natação – Miguel Dias, João Santos e Martin Rodrigues, pelos notáveis resultados alcançados no Campeonato Interdistrital de Infantis (Doc. 10 (Dez)) -----

3.2.8. Proposta de Protocolo de Cooperação do Médico Veterinário com o Município de Arganil; -----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que os protocolos constituem uma solução de carácter temporário, destinada a responder à ausência dos respetivos médicos-veterinários municipais, permitindo assegurar a continuidade de um serviço público essencial nas áreas da saúde pública veterinária, do bem-estar animal e da segurança alimentar. -----

A Sr.^a Vereadora Maria João Franca manifestou apoio às propostas, considerando que a cooperação institucional entre municípios constitui uma boa prática de solidariedade e de partilha de recursos públicos, sobretudo quando está em causa a continuidade de serviços essenciais. Todavia, colocou algumas questões relativamente à salvaguarda da capacidade de resposta do Município da Lousã, designadamente quanto à garantia de que a colaboração não prejudicará a qualidade, disponibilidade ou rapidez dos serviços prestados aos munícipes da Lousã. Nesse sentido, questionou se se encontra assegurada a definição da disponibilidade do médico-veterinário municipal, de forma a garantir que as necessidades do Município da Lousã continuam a ser prioritariamente satisfeitas, bem como se foi avaliado o acréscimo de carga de trabalho decorrente da prestação simultânea de serviços aos três municípios. Questionou ainda, a existência de limites relativamente ao número de horas, dias ou outras afetações do médico-veterinário aos Municípios de Arganil e Góis, bem como a previsão de mecanismos de acompanhamento e monitorização que permitam rever ou suspender os protocolos caso se verifique algum prejuízo para a capacidade de resposta do Município da Lousã. Salientou igualmente que os protocolos não estabelecem um prazo determinado de vigência, podendo manter-se até à respetiva denúncia, razão pela qual foi considerada particularmente importante a existência de mecanismos de acompanhamento e avaliação da colaboração. ----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a situação resulta da saída do médico veterinário dos Municípios de Arganil e Góis, deixando aqueles municípios

temporariamente sem este serviço. Referiu que a legislação permite, tendo em consideração a proximidade territorial e a natureza das funções, a colaboração entre municípios nestas circunstâncias, considerando tratar-se de uma solução urgente e temporária destinada a assegurar a continuidade de um serviço público essencial. Sublinhou, contudo, que a colaboração não poderá ocorrer em prejuízo do Município da Lousã, assegurando que os munícipes da Lousã não verão diminuída a qualidade ou a capacidade de resposta dos serviços municipais. Caso venha a verificar-se qualquer constrangimento dessa natureza, a situação será reavaliada. Esclareceu ainda que o médico-veterinário municipal continuará a assegurar prioritariamente as necessidades do Município da Lousã, sendo que a colaboração com os Municípios de Arganil e Góis implicará sobretudo a realização de deslocações e a prestação de serviço nos respetivos territórios, mantendo-se a restante atividade municipal.

referido que a colaboração poderá ser ajustada sempre que surja uma necessidade urgente que não possa ser assegurada por outras vias, procurando-se, em qualquer circunstância, garantir a eficiência e a qualidade do serviço público prestado.

Destacou a importância da cooperação entre os municípios do interior, considerando-se que a articulação entre territórios vizinhos permite reforçar a capacidade de resposta das autarquias e promover uma utilização mais eficiente dos recursos disponíveis. Salientado que esta cooperação assume particular relevância num contexto em que os municípios do interior enfrentam dificuldades acrescidas e desafios relacionados com a coesão territorial, e defendeu a necessidade de reforçar a solidariedade e a cooperação intermunicipal como instrumentos de desenvolvimento e de resposta às necessidades das populações. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de Protocolo de Cooperação do Médico Veterinário com o Município de Arganil; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de Protocolo de Cooperação do Médico Veterinário com o Município de Arganil; (Doc. 11 (Onze)) -----

3.2.9. Protocolo de Cooperação do Médico Veterinário com o Município de Góis; --

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de Protocolo de Cooperação do Médico Veterinário com o Município de Góis; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de Protocolo de Cooperação do Médico Veterinário com o Município de Góis; (Doc. 12 (Doze)) -----

3.3. PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO -----

3.3.1. Proposta de afetação do artigo rústico n. º5179 da freguesia da lousã do domínio privado municipal ao domínio público municipal; -----

O Sr. **Presidente da Câmara** esclareceu que a proposta constitui o primeiro passo para a resolução de uma situação antiga, relativa a uma travessa perpendicular à Rua Doutor Manuel Magalhães Mexia. -----

O Sr. **Vereador António Marçal** salientou a importância da regularização desta situação, designadamente tendo em consideração as questões relacionadas com a acessibilidade e a utilização pública daquele espaço. Referiu que existem no concelho outras situações semelhantes, algumas das quais resultantes de processos de loteamento antigos, cuja regularização se tem prolongado ao longo de várias décadas. Nesse contexto, defendeu a necessidade de o Município proceder, de forma gradual, ao levantamento e atualização do cadastro rodoviário municipal, permitindo identificar e regularizar as situações existentes. Abordou a problemática dos denominados caminhos vicinais, tendo salientado que as alterações legislativas verificadas nesta matéria suscitam ainda dúvidas quanto ao respetivo enquadramento e utilização, justificando uma análise e levantamento mais aprofundados. -----

O Sr. **Presidente da Câmara** reconheceu a importância do desafio colocado, referindo que esta é uma matéria que deve ser trabalhada com rigor e de forma progressiva. Sublinhou que a solução agora apresentada é aquela que, face às circunstâncias existentes, oferece maior segurança ao Município, permitindo avançar na regularização de uma situação que se arrasta há bastante tempo. -----

O Sr. **Presidente da Câmara** colocou à votação a proposta de afetação do artigo rústico n. º5179 da freguesia da Lousã do domínio privado municipal ao domínio público municipal; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de afetação do artigo rústico n. º5179 da freguesia da Lousã do domínio privado municipal ao domínio público municipal (Doc. 13 (Treze)) -----

3.3.2. Adenda n. º2 ao Contrato de Empreitada de Reabilitação da Escola Secundária da Lousã- ajustamento à minuta; -----

O **Sr. Vereador António Marçal** identificou algumas questões de natureza formal e pequenos ajustes de redação, não tendo sido suscitadas objeções quanto ao conteúdo substancial da proposta. Solicitou ainda esclarecimentos relativamente ao enquadramento dos trabalhos complementares, à revisão de preços e aos encargos adicionais associados às obras municipais em curso. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu a diferença entre trabalhos complementares e revisões de preços, correspondendo estas últimas a um mecanismo legalmente previsto, destinado a refletir a evolução dos preços e os respetivos impactos nos custos da empreitada. Referiu igualmente que, no conjunto das intervenções atualmente em curso, designadamente no Centro de Saúde e na Escola Secundária, os encargos adicionais resultantes de trabalhos complementares, revisões de preços e utilização de contentores representam já valores significativos, aproximando-se, no seu conjunto, de 1 milhão de euros, aos quais acrescem outros encargos suportados diretamente pelo orçamento municipal. Neste contexto, salientou a pressão que estes encargos adicionais exercem sobre a capacidade financeira do Município, justificando a necessidade de proceder a ajustamentos orçamentais e de recorrer aos mecanismos de financiamento disponíveis para assegurar a concretização dos investimentos previstos. Disse ainda que, relativamente à Escola Secundária, os encargos associados à obra, incluindo os contentores e os restantes trabalhos, representam um investimento muito significativo. -----

O **Sr. Vereador António Marçal** solicitou a apresentação, de um quadro síntese que permita identificar, de forma clara, os encargos adicionais suportados pelo Município ao longo do ano, designadamente os relativos a trabalhos complementares, revisões de preços, contentores e outros custos associados às principais obras em curso, de modo a permitir um melhor acompanhamento da execução financeira dos investimentos. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** colocou à votação a Adenda n. º2 ao Contrato de Empreitada de Reabilitação da Escola Secundária da Lousã- ajustamento à minuta -

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a adenda n. º2 ao Contrato de Empreitada de Reabilitação da Escola Secundária da Lousã- ajustamento à minuta (Doc. 14 (Quatorze)) -----

3.4. PROTEÇÃO CIVIL -----

3.4.1. Proposta de celebração de Adenda nº1 ao Protocolo com a Liga dos Amigos dos Bombeiros da Lousã relativo à promoção do exercício do voluntariado dos respetivos associados que exercem funções de bombeiros voluntários no Corpo de Bombeiros Municipais da Lousã; -----

O Sr. Presidente da Câmara explicou que o protocolo tem como principal objetivo estimular e valorizar o voluntariado, permitindo à Liga dispor de melhores condições para compensar e incentivar os bombeiros voluntários pelo serviço prestado. Sublinhou que, apesar da importância crescente dos meios técnicos e profissionais na estrutura de uma corporação de bombeiros, o futuro e a sustentabilidade do Corpo de Bombeiros Municipais da Lousã continuam necessariamente assentes no voluntariado. Referiu que a proposta pretende, assim, reforçar os meios colocados à disposição da Liga, permitindo-lhe melhorar os mecanismos de compensação atribuídos aos voluntários que prestam serviço à corporação. -----

O Sr. Vereador António Marçal reconheceu a importância do voluntariado como uma das principais forças do sistema de proteção civil, salientando o papel essencial desempenhado pelos bombeiros voluntários na capacidade de resposta a situações de emergência. Manifestou alguma preocupação relativamente à atual dimensão do efetivo disponível, considerando importante encontrar soluções que permitam reforçar e valorizar o voluntariado e assegurar a capacidade de resposta do Corpo de Bombeiros. Contudo, colocou algumas reservas quanto ao modelo de compensação proposto, designadamente no que respeita à diferenciação entre bombeiros profissionais e voluntários quando desempenham funções idênticas. Salientou que, embora as situações profissionais sejam distintas, importa assegurar um tratamento adequado e equilibrado de todos os elementos que integram o Corpo de Bombeiros. Referiu ainda que existem dúvidas de natureza jurídica relativamente ao modelo proposto, tendo sido mencionada jurisprudência anterior do Tribunal de Contas. Nesse contexto, manifestou disponibilidade para acompanhar uma solução

que permita ultrapassar essas dúvidas, designadamente mediante a obtenção de um parecer jurídico que sustente o enquadramento da medida. -----

O Sr. Presidente da Câmara reconheceu a pertinência das questões colocadas, salientando, contudo, que a proposta procura compatibilizar as diferentes realidades existentes no Corpo de Bombeiros Municipais, valorizando todos os homens e mulheres que, independentemente do regime em que exercem funções, contribuem para a proteção civil no concelho. Sublinhou que muitos dos atuais bombeiros profissionais iniciaram o seu percurso enquanto assistentes operacionais ou bombeiros voluntários, considerando, por isso, importante preservar o respeito e a cooperação entre todos os elementos do Corpo de Bombeiros. Reafirmou, por fim, que o Município pretende continuar a apoiar a Liga dos Amigos dos Bombeiros, criando condições para tornar cada vez mais atrativo o exercício de uma função que considerou nobre e essencial à proteção civil, reconhecendo o trabalho exemplar desenvolvido pelos bombeiros voluntários. Esclareceu ainda que o valor previsto no protocolo será objeto de atualização anual, de acordo com o valor comunicado pela entidade competente, evitando a necessidade de proceder a alterações ao protocolo durante o ano. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de celebração de Adenda nº1 ao Protocolo com a Liga dos Amigos dos Bombeiros da Lousã relativo à promoção do exercício do voluntariado dos respetivos associados que exercem funções de bombeiros voluntários no Corpo de Bombeiros Municipais da Lousã. --

A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com três abstenções do PS, deliberou aprovar a proposta de celebração de Adenda nº1 ao Protocolo com a Liga dos Amigos dos Bombeiros da Lousã relativo à promoção do exercício do voluntariado dos respetivos associados que exercem funções de bombeiros voluntários no Corpo de Bombeiros Municipais da Lousã (Doc. 15 (Quinze)) -----

4. Aprovação em minuta -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta o texto das deliberações tomadas. -----

Nada mais havendo a tratar, pelas 12.30 horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada por si e por Dina Campos, na qualidade de Secretária. -----

O Presidente da Câmara Municipal,



A Secretária,



